
WEBER HOJE: ENTREVISTA COM CARLOS EDUARDO SELL

Entrevistadores

Vinícius Madureira Maia¹<https://orcid.org/0000-0001-5301-0155><http://lattes.cnpq.br/3297727731736941>**Daniel Rocha Chaves²**<https://orcid.org/0000-0002-6384-007X><http://lattes.cnpq.br/9962532891829681>

Data da entrevista: 13/12/2020

Cidade: Florianópolis/SC - São Paulo/SP

APRESENTAÇÃO

Por ocasião do centenário do falecimento de Max Weber (1864-1920), o Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell, vinculado ao Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisas de pós-doutorado realizadas junto à *Ruprechts-Karl Universität*, em Heidelberg, Alemanha, apresenta longa e profundamente, nesta entrevista, o que considera central no pensamento e na sociologia weberiana, máxime o significado e os desdobramentos de seus estudos na contemporaneidade.

Atualmente no Brasil, Sell figura ao lado de Gabriel Cohn e Leopoldo Waizbort (USP), Luiz Werneck Vianna (IUPERJ), Sérgio Ricardo da Mata (UFOP) e Gláucia Villas Bôas (UFRJ), entre outros, como um dos maiores especialistas na obra do “mito de Heidelberg”, cuja tradição de leitura e estudos por aqui remonta à década de 1920. Ele é autor do livro *Introdução à Sociologia Política: Sociedade e Política na Segunda Modernidade* (Vozes, 2006); *Max Weber e a racionalização da vida* (Vozes, 2013), este premiado pela ANPOCS, em 2014, como a melhor obra científica; bem como de *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber* (Vozes, 2014), já na 7ª edição; além de diversos escritos, palestras e traduções.

Ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2020, Carlos Eduardo Sell conversou gentilmente conosco, mediante troca de e-mails. Os entrevistadores agradecem à equipe editorial da PRACS pelo convite gratificante e ao Prof. Carlos Eduardo Sell pela generosa disposição.

1) Olá, Prof. Sell. Queremos evitar a repetição de questões já realizadas em outras ocasiões. Por incrível que pareça, em entrevistas anteriores, ainda não se perguntou ao professor sobre a sua formação. O Sr. poderia nos contar um pouco sobre a sua trajetória, sobretudo a aproximação e interesse por Max Weber, seu percurso

¹ Doutorando em Sociologia junto ao PPGS-USP. Integrante do Grupo de Pesquisa Sociologia da Cultura do PPGS-USP. E-mail: vi.madureira@gmail.com.

² Doutorando em Direito junto ao PPGD-UFSC. Integrante do Grupo de Estudos em Direito Administrativo Constitucionalista (GEDAC). E-mail: dan_chaves@hotmail.com.

no sul do país e também na Alemanha?

Carlos Eduardo Sell: Mesmo tendo em mente a advertência que Bourdieu nos faz sobre as “ilusões biográficas”, tenho a convicção de que meu encontro com Weber foi decisivo para o futuro de minha trajetória intelectual, pois ele se tornou o objeto constante de minha pesquisa. Embora tenha travado contato com o autor em meus estudos de filosofia (graduação) e mesmo no mestrado em sociologia (que foi sobre CEBs e ONGs), foi apenas no processo de redação da tese que iniciei verdadeiramente um diálogo interior com este pensador. Meu trabalho de doutoramento versava sobre *A virada mística da teologia da libertação* (2004), e, por se tratar de uma pesquisa na interface entre a sociologia da política e a sociologia da religião, a leitura de Weber se tornou indispensável. Começava ali uma verdadeira *metanoia*. O contexto intelectual que me levou na direção de Weber é a teologia da libertação da qual sou, até certo ponto, um rebento desgarrado. Mas essa transição foi mediada por algumas leituras decisivas.

A primeira delas foi o magistral capítulo que Jürgen Habermas dedicou a Weber em sua *Teoria da ação comunicativa* (1981)³. Foi apenas neste momento que entendi que a racionalização era a chave para entender o conjunto do pensamento weberiano. Em segundo lugar veio a leitura de *O desencantamento do mundo* (2003), de Antônio Flávio Pierucci, que realizou uma cuidadosa exegese do significado e do alcance da *Entzauberung/Desencantamento* na sociologia de Weber.

O modelo da obra de Pierucci foi fundamental para minha escolha de pesquisar — na trilha do que ele havia feito — a categoria weberiana da racionalização. No fundo, meu livro *Max Weber e a racionalização da vida* constitui um diálogo que, muitos anos depois, pude fazer com o sociólogo da USP, pois tento mostrar que racionalização é um conceito que engloba o desencantamento, sendo este último uma de suas linhas de desenvolvimento.

Depois de meu ingresso como professor da UFSC em 2007, realizei dois estágios de pós-doutorado em Heidelberg (2011/2012 e 2017/2018, respectivamente) e passei a trabalhar em estreita colaboração em Wolfgang Schluchter e Gert Albert. A partir dessa colaboração, superei uma leitura “existencialista” de Max Weber, tal como era sugerida pelo meu orientador de tese Franz Josef Brüseke (de linha heideggeriana), além de me afastar do Weber concebido como prototeórico das patologias da modernidade, quer dizer, uma espécie de teórico crítico *avant la lettre*, tal como proposto por Habermas. O que aproxima estas duas leituras é a interpretação de Weber como “crítico” da racionalidade instrumental (técnica). Sem descurar do diálogo crítico de Weber com Nietzsche (ênfase da visão existencial) e Marx (ênfase da visão habermasiana), sigo Schluchter na tese de que a fundamentação [*Grundlegungen*] da sociologia weberiana está em Kant, pois este filósofo atravessa todas as dimensões da sua obra: epistemologia, metodologia, modernidade, política, ética e assim por diante. É Kant de uma ponta à outra, embora não se trate de um kantismo sociológico, como em Durkheim, e, sim, de uma *kantianisierende Soziologie* — uma sociologia de orientação kantiana, como diz Schluchter.

³ Sempre que possível, acrescentei referências biográficas às diversas indicações feitas ao longo da entrevista, salvo os textos mais conhecidos no âmbito das ciências sociais.

Estando na Alemanha, também fui surpreendido com a discussão sobre o *Paradigma Weber*⁴ e a tentativa de ir além da mera interpretação exegética de sua obra. Foi uma nova *metanoia*. Percebi, então, que era preciso ir além da história e que a hermenêutica deve desembocar na teoria sistemática. A pergunta decisiva que nos cabe responder não é tanto o que Weber quis dizer, mas o que ele significa para nós: como abordar, a partir de nosso contexto e dos desafios contemporâneos, a permanente atualidade da sociologia weberiana? Essa pergunta deslocou meu interesse para o estudo do método sociológico de Weber, desenvolvido no primeiro capítulo (*Conceitos sociológicos fundamentais*) de *Economia e Sociedade*. Tais estudos têm demonstrado que Weber, longe de ser um individualista metodológico, já propõe a integração do nível micro e macro de análise sociológica. É ao aprofundamento desta questão — em particular suas implicações ontológicas — que busco me dedicar agora.

2) *Mesmo após as respectivas biografias de Fritz Ringer, de 1997, e Joachim Radkau, de 2005 (não traduzidas para o português), Dirk Kaesler chegou a afirmar que os alemães ainda suspiram por uma genuína biografia intelectual de Max Weber. Sem mencionar o “volume de ocasião” de Reinhard Bendix, de 1986, ou “grandes sínteses” como os escritos de Hans Gerth & Wright Mills, de 1982, e John P. Diggins, de 1999,⁵ a biografia (há muito esgotada) escrita por sua esposa e intelectual Marianne Weber foi a última publicada no Brasil, em 2003, por uma editora que, aliás, encerrou suas atividades. A alegada ausência de uma biografia intelectual de Weber se faz ou não sentir por aqui?*

Carlos Eduardo Sell: A vantagem de uma biografia intelectual é que ela nos permite abordar o pensamento de Weber no seu contexto histórico-cultural e, ao mesmo tempo, considerá-lo em seu desenvolvimento biográfico-interno. Precisamos acessar o processo pelo qual o seu pensamento se constrói, evitando a armadilha de esquemas *a priori* que nos apresentam um produto acabado, como se a sua reflexão não fosse fruto de um percurso de amadurecimento, com suas idas e vindas, avanços e recuos, indeterminações e mudanças, feita de tantos acidentes e acasos, de tantas contingências, de tantos experimentos e ideias abandonadas.

O problema é que as *biografias* atualmente existentes deixam muito a desejar. O próprio Dirk Käsler escreveu um trabalho pouco original, simplesmente parafraseando escritos weberianos, além de conseguir ainda a façanha de eleger como subtítulo os seguintes termos: “prussiano” [*Prüsser*], “pensador” [*Denker*] e “filho maternal” [*Muttersohn*]. Weber, nascido em Erfurt, ainda que tenha morado em Berlim, pertencia a uma família que não pertencia a esta região da Alemanha e, mais do que um “prussiano” em sentido genérico (ser alemão é ser, *ipso facto*, prussiano?), deve ser considerado um teórico cosmopolita. Que ele era pensador é mais do que óbvio e, afinal, por que só a relação com a mãe, e não com o pai? Em termos de novas informações e detalhes desconhecidos até agora, a obra de Joachim Radkau [*Die Leidenschaft des Denkens*] até que se sai melhor, mas a sua biografia insiste na tese de que a existência de Weber foi uma luta contra os impulsos naturais, e toda sua obra seria, em consequência, reflexo de seus problemas psíquicos. Trata-se de um reducionismo inaceitável. Já o texto de Jürgen Kaube [*Max Weber: ein Leben zwischen den Epochen*] fica no essencial, não comete erros, mas não

⁴ Para entender o que é o “Paradigma Weber”, leia-se: SCHLUCHTER, Wolfgang. Ação, ordem e cultura: fundamentos de um programa de pesquisa weberiano. *Política & Sociedade*, 19 (45), 2020, p. 19-55.

⁵ Cf. MATA, Sérgio R. “Joachim Radkau tenta escrever a biografia “definitiva” de Max Weber”, in *História da Historiografia* (Ouro Preto), número 4, março 2010, pp. 358-365.

passa de uma biografia bem informada. O texto de John P. Diggins [*Max Weber: a política e o espírito da tragédia*], apesar da leitura agradável, nada mais é do que material de divulgação para os *yankees*. Não é um trabalho de peso. A verdade é que até agora as biografias existentes são uma verdadeira catástrofe, e o melhor retrato de que dispomos ainda é aquele de Marianne Weber, apesar do pendor hagiográfico de sua narrativa. A pequena biografia escrita por Gerth e Mills, em 1946, na introdução ao mundialmente famoso *From Max Weber*⁶, também é muito útil, apesar dos inúmeros percalços da tradução e da criatividade deles em inventar títulos para os escritos de Weber, o que até hoje cria muitas confusões.

Já no campo da *história social das ideias* e da *sociologia dos intelectuais*, Fritz Ringer [*O declínio dos mandarins alemães*] permanece, até hoje, um clássico. Mas tendo a ver com reservas abordagens macro-estruturalistas que deduzem a obra do contexto, mesmo que seja o grupo social dos intelectuais, considerados por Ringer como “mandarins” conservadores, ainda que ele reserve a Weber o posto de sua ala mais consciente. De toda forma, não creio que esta tese resista a uma análise mais detida da vida e da obra de Weber. É claro que *Max Weber, um perfil intelectual*, de Reinhard Bendix, tem o seu valor, mas ele responde à necessidade de superar a visão parsoniana que predominava nos Estados Unidos e, nessa medida, já está bastante defasado. Nesse campo, o trabalho que reputo mais interessante é a esplêndida reconstrução que Lawrence Scaff fez da viagem de Weber aos Estados Unidos da América [*Max Weber in America*]. Além de um levantamento documental primoroso, ele organizou sua exposição de tal forma que os temas-chaves da obra de Weber são explorados com profundidade, à medida em que ele percorre o itinerário do casal Weber na América do Norte.

Mas não é no campo das biografias (com seu foco no indivíduo) ou na sociologia dos intelectuais (foco no contexto) que vejo as maiores contribuições para o aprofundamento da compreensão da vida e da obra de Max Weber. Neste sentido, é uma pena que o público brasileiro não tenha acesso direto a todo material histórico-teórico produzido para servir como introdução às diversas edições das *Obras completas de Max Weber* — a famosa *Max Weber Gesamtausgabe* (MWG). Há pelo menos duas áreas em que uma nova disposição dos escritos weberianos, que rompe com a organização proposta por Marianne Weber, produziu profundos avanços no entendimento de como sua obra foi gestada e, em consequência, como ela deve ser analiticamente considerada.

O primeiro deles envolve a desmontagem de *Economia e Sociedade*, abandonando-se, assim, a lógica estrutural-sincrônica proposta por Marianne Weber, que nos dava a impressão de um texto sistemático e coerente. A MWG mostrou que *Economia e Sociedade* é fruto de um processo de reflexão e amadurecimento, composto por duas grandes fases, separadas pela Primeira Guerra. A partir desta lógica diacrônica, os escritos que compunham os dois volumes de *Economia e Sociedade* foram todos separados. *Economia e Sociedade* foi, digamos assim, toda desmontada: os manuscritos redigidos entre 1909 e 1914 foram organizados em quatro volumes e compõem a parte antiga de *Economia e Sociedade*, enquanto o volume 25 traz apenas os textos mais recentes (parte nova). Além dos ganhos históricos, temos mais clareza teórica sobre como Weber desenvolveu — em fases — sua visão sobre a sociologia e, principalmente, qual foi sua

⁶ No Brasil, trata-se dos chamados *Ensaio de sociologia*, cuja primeira edição é de 1967, com prefácio de Fernando Henrique Cardoso.

compreensão madura sobre esta ciência.

O mesmo vale para sua epistemologia, pois também a *Metodologia das Ciências Sociais* [*Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*] é uma ficção que, além de abrigar textos que não pertencem propriamente à reflexão epistemológica de Weber, esconde as discontinuidades entre os volumosos escritos produzidos entre 1903 e 1907 (reunidos em MWG/07) e aqueles escritos tardios e mais ligados à sociologia e que foram reunidos em MWG/12⁷. No Brasil, excetuando-se as recentes traduções de seus *Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião*⁸, bem como das *Anti-críticas*⁹, que apesar de não adotarem como fonte a MWG estão bem próximas dela, esta nova disposição de escritos ainda não chegou. Por isso, a visão que ainda temos dos textos de Weber é resultado da herança — preciosa, por sinal — de Marianne Weber. Mas isto nos deixa defasados em relação ao *standard* da discussão internacional.

Sob o aspecto histórico-intelectual, também as demais seções da MWG, que tratam das suas lições (seção III) e, principalmente, que publicaram, em *treze* volumes, suas milhares de cartas (seção II), nos ajudam a jogar luz sobre dois pontos. O primeiro diz respeito à visão que Weber tinha da ciência econômica de seu tempo, hoje muito mais nítida com a publicação de cinco volumes que trazem suas notas de aula (entre 1894 e 1899). Mas o maior tesouro mesmo são as suas cartas, pois elas nos possibilitam não apenas mergulhar cuidadosamente em sua intimidade, mas acima de tudo tecer a rede de sua inserção no quadro econômico, político e intelectual de sua época. Aqui se encontra o grande filão para reconstruirmos a trajetória pessoal e o mundo de Weber, como têm mostrado as excelentes pesquisas feitas, com base nestas cartas, por historiadores como Gangolf Hübinger e Ana Ritta-Hübinger. Esse tesouro ainda está à espera de ser melhor explorado.

3) Por vezes ainda se comenta que Weber morreria em razão de uma pandemia: ele teria sido acometido pela gripe espanhola, o que, sabemos, não é verdade. Mas não parece realmente uma ironia do destino que os inúmeros eventos planejados mundo afora, em comemoração ao centenário de sua morte, tenham sido “vítimas” da atual pandemia devida à Covid-19? Algum encontro do qual o Sr. seria o organizador ou participaria veio a ser infelizmente cancelado ou talvez adiado?

Carlos Eduardo Sell: Dadas as condições presentes, acabei desistindo de propor uma mesa na ANPOCS sobre o jubileu dos cem anos de seu falecimento. Também tive um convite para participar de evento em Belo Horizonte que restou cancelado. Mesmo na Alemanha, o Instituto Max Weber de Sociologia de Heidelberg acabou organizando um evento online. Apesar disso, o evento ficou notável e, além de uma estimulante *Podiumdiskussion* em que estiveram à frente Wolfgang Schluchter, Gangolf Hübinger, Dirk Kaesler e Joachim Kaube¹⁰, as confe-

⁷ Abordei o assunto em resenha publicada na revista *Tempo Social*: SELL, Carlos Eduardo. Sociologia compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917. *Tempo Social*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 321-334, Dec. 2018.

⁸ WEBER, Max. A ética econômicas das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião. vol.1. Confucionismo e Taoísmo. Petrópolis: Vozes, 2016. WEBER, Max. A ética econômicas das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião. vol. 3. O judaísmo antigo. Petrópolis: Vozes, 2019. O único volume ainda não traduzido é que trata do Hinduísmo e do Budismo.

⁹ WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Edição incluindo: Anticríticas, Igrejas e seitas na América do Norte. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. Tradução de Tomas da Costa. Petrópolis: Vozes, 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i5n3Xk5Gtl4>.

rências trataram ainda do círculo intelectual de Weber em Heidelberg (Wolfgang Schluchter), da sua análise dos grandes problemas culturais de nosso tempo (Gangolf Hübinger), da relação entre Max e Marianne (Ingrid Gilcher-Holtey), Alfred Weber (Eberhard Demm), sua correspondência com Eberhard Gottheim (Andreas Cserde), a viagem aos EUA (Joachim Kaube), sua teoria do capitalismo (Johannes Berger), Confucionismo (Heiner Roetz), Islã (Gudrun Krämer) e da religião em nossa era secular (Hans Joas), além de discutir sua recepção na Alemanha (Thomas Schwinn e Dirk Käsler).

Também no Brasil, a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) organizou um excelente Seminário com quatro mesas sobre os temas do i) Paradigma Weber (Wolfgang Schluchter e Carlos Sell); ii) Marianne Weber (Giulle Vieira e Rita Aldenhoff-Hübinger); iii) Epistemologia (Gert Albert e Marcos Seneda); e iv) a Recepção de Weber na Alemanha (Sérgio da Mata e Hinnerk Bruhns). Aparentemente, no mundo todo os encontros presenciais foram substituídos por eventos virtuais, o que não deixou de ter — paradoxo de consequências não premeditadas — seus efeitos positivos.

4) *A propósito, a pandemia do coronavírus tem suscitado análises e previsões em todo o mundo, e certamente interessam aos estudiosos do pensamento weberiano: desde a invenção e fraude da crise sanitária ao suposto fim do capitalismo global, o prenúncio de uma crise ecológica sem precedentes, o recrudescimento da noção de Estados-nações novamente fortes, a possível aparição de um Estado policial digital, a realocização das cadeias de produção, protecionismo etc. Hinnerk Bruhns elucubrou há pouco sobre as possíveis reações de Weber às especulações e debates travados em virtude do atual contexto pandêmico mundial. O que o Sr. pensa a respeito?*

Carlos Eduardo Sell: Imersos no fluxo dos acontecimentos, com todos os desafios práticos inerentes a isso, ainda não dispomos de uma análise suficientemente distanciada para avaliar quais serão os impactos desta pandemia global no futuro da sociedade moderna. Quanto a isso, Michel Wieviorka¹¹, em excelente conferência realizada no 44º Encontro Nacional da ANPOCS, mostrou que podemos dividir a análise entre aqueles que acham que nada vai mudar (“logo tudo voltará ao normal”) e aqueles que acham que tudo vai ou pode mudar (“nada será como antes”).

Neste segundo grupo, podemos localizar — acrescento eu — uma avaliação *catastrofista/apocalíptica* (o fim do mundo se aproxima) e outra *utópico/profética*: a hora e a vez de um novo mundo chegou. Curiosamente, nesta segunda versão, o “estado de exceção” que estamos vivendo é considerado a chave para nos mostrar como um mundo novo poderia ser possível, como defendem intelectuais da lavra de Slavoj Žižek, Hartmut Rosa ou Bruno Latour, entre tantos outros. Para eles, a Covid-19 e seu modo de vida é a chave do mundo verdadeiro, mas oculto, que não conhecíamos. Mas quem quer continuar a viver assim, pergunto eu?

Apesar das dificuldades, não podemos nos furtar a tentar capturar o movimento do real em fluxo, e é a capacidade de realizar esta tarefa que decide quem são os grandes pensadores das ciências sociais, tanto ontem como hoje. Weber, certamente, não teria deixado de enfrentar a questão. Lançando mão de seus conceitos, tentarei esboçar uma resposta a este desafio com foco menos nas questões conjunturais e com meu olhar mais atento para as questões estrutu-

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AFki5snJC50>.

rais nela envolvidas. Uma análise de *long durée*, por assim dizer.

Weber é um teórico da **contingência** — “algo é assim, mas também poderia ser diferente” —, conceito que não devemos simplesmente igualar com o acaso, pensando-o em oposição à necessidade. Sua tese da racionalização e da burocratização não devem ser lidas como narrativas teleológicas [a marcha da razão na história] e fatalistas, mas como uma realidade contingente: é assim, mas não tinha que ser, além disso, poderia e sempre pode ser diferente¹².

Não por acaso, Weber reservou para o conceito de **carisma** a função de nos apontar as indeterminações e aberturas do real, lembrando-nos que ele é a força revolucionária da história: o carisma é o novo e inesperado que pode irromper a qualquer momento, destruindo e reconfigurando a ordem sociopolítica. A pandemia que estamos enfrentando é exatamente, enquanto situação social, a suspensão da normalidade tal como nós a vivenciamos até agora. Ela é um momento carismático e não seria de excluir, por exemplo, a possibilidade de pensar o carisma como *caos dissipativo*. Escassez de recursos, erosão da ordem política (guerra de todos contra todos) e anomia (falência das referências normativas) podem nos levar, sim, ao caos. Mas é isto que está dado?

Ocorre que, antes de profetizar sobre o “admirável mundo novo” — seja ele o céu ou o inferno —, esta é uma oportunidade para nos perguntarmos o que esta pandemia global nos ensina sobre o mundo social no seu atual estágio de desenvolvimento. Antes de olhar para um futuro que ainda não está configurado, temos uma oportunidade excepcional para observar quais são as forças atuais que movem o real e em que medida a configuração social atual responde aos desafios deste estado (provisório) de exceção. Ao invés de olhar para o futuro, por que não olhar para o presente? Notemos, por exemplo, o quanto esta pandemia nos revela sobre o caráter global e ao mesmo tempo informacional da realidade contemporânea que, longe de negadas, foram ainda mais reforçadas.

De todo modo, depois do carisma, também lembra Weber, alguma forma de **burocracia** tende a se instalar. A vida social depende estruturalmente da ordem e da normalidade, e até a palavra “novo normal” revela isso. A busca por segurança ontológica em um mundo submetido à mudança constante é hoje, mais do que nunca, uma aspiração de nossa hiper-modernidade, algo que Zygmunt Bauman captou muito bem: em um mundo inerentemente líquido existe uma nostalgia da solidez, e, no fundo, esta é a grande utopia de nossa época.

Para entender o presente e o futuro do embate entre a lógica do carisma e da burocracia, devemos lançar mão de outro recurso fundamental do arsenal analítico de Weber: a antinomia entra a **racionalidade formal** e a **racionalidade material**, ou seja, entre a lógica ou “legalidade própria” [*Eingengesetzlichkeit*] das esferas sociais com sua racionalidade inerente e os imperativos éticos-substantivos oriundos dos valores e normas sociais, bem como das opções políticas que fizemos neste momento [*Consideração Intermediária*].

Quanto ao primeiro aspecto, foi a análise proposta por Rudolf Stichweh¹³ — com base na

¹² BRÜSEKE, Franz Josef. Risco e contingência. RBCS, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 69-80, feb. 2007.

¹³ O artigo, intitulado “Simplificación de lo social durante la pandemia del corona-virus”, encontra-se disponível em:

teoria dos sistemas de Niklas Luhmann — que melhor descreveu, a meu ver, o modo como cada um dos principais sistemas sociais da atualidade (Weberalaria, neste caso, em esferas), ativou sua própria lógica para lidar com este momento de incerteza. A pandemia elevou, provisoriamente pelo menos menos, a saúde ao sistema dominante da sociedade e submeteu tanto o sistema político [decisões] quanto o sistema econômico [*Lockdown*] aos seus imperativos. Neste momento, a racionalidade formal das instituições se encontra subordinada a um imperativo ético [racionalidade material/substantiva] da igual dignidade de todos os seres humanos, valor fundante da modernidade.

Mas isto não anula a capacidade adaptativa das esfera sociais e ordens de vida que continuam e continuarão a operar com sua racionalidade formal — o imperativo poder e acumulação, por exemplo —, pois esta se encontra apenas parcial e provisoriamente bloqueada. Por outro lado, não há que se excluir a possibilidade de rearranjos sociais, políticos, econômicos que advêm não apenas de imperativos substantivos (ético-políticos), mas da própria lógica dos sistemas sociais. É esse desenlace que devemos observar. Posto de outra forma: é a racionalidade formal ou material que ditará os rumos do futuro? Weber, é bom lembrar, não menosprezava a força da racionalidade inerente às instituições modernas.

Aliás, longe de romper com as premissas da modernidade, entendo que a pandemia reforçou ainda mais a confiança e, principalmente, a expectativa coletiva nos resultados da ciência e da tecnologia, pois esta nos parece ser a única tábua de restabelecimento da “normalidade”. E isso apesar de todos os negacionismos. Nunca fomos tão modernos quanto antes e, longe de um reencantamento do mundo, vivemos seu pleno desencantamento. O papa Francisco, rezando sozinho, na Praça de São Pedro vazia, é para mim o símbolo deste período e, para além disso, de nossa época.

5) O marxista Jon Elster reiterou em seu livro *Marx, hoje* (ed. brasileira), de 1989, o célebre mote de Benedetto Croce no tocante à validade da filosofia de Hegel, discorrendo ali sobre o que ainda seria ou não pertinente no pensamento original de Karl Marx. Nesse sentido, a despeito dos muitos “Max Weber” que, por certo, hão de surgir e outros que irão desaparecer à medida em que se compulsarem diligentemente cada volume da MWG¹⁴, o Sr. entende ser cabível discernir “o que está vivo e o que está morto” hoje na sociologia de Max Weber?

Carlos Eduardo Sell: Jon Elster é um pesquisador que fez uma interessante releitura de Marx a partir da *rational choice*. Mas aos poucos ele deixou o marxismo analítico e ingressou definitivamente nos marcos do individualismo metodológico da escolha racional. Essa referência me faz pensar que o confronto *Weber vs. Marx* pode ser um bom ponto de partida para responder “o que o que está vivo e o que está morto na sociologia de Weber”. Com efeito, o debate de Max com Marx constitui uma das chaves decisivas para entender a recepção de Weber no Brasil e, quanto a esta controvérsia, duas posições têm se destacado. Podemos tipificá-las da seguinte maneira.

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2020v17n2p16>.

14 Sigla para *Max Weber Gesamtausgabe*, portentoso projeto editorial de iniciativa da Academia de Ciências da Baviera com vistas à publicação da obra completa de Max Weber (inclusos os discursos, palestras, cartas etc.), concluído neste ano que celebra o jubileu de sua morte (vide resposta à segunda pergunta acima).

Na primeira, muito forte entre os círculos lukacsianos existentes no Brasil — em particular nos cursos de serviço social —, enxerga-se uma total incompatibilidade entre Weber e Marx. Nesta perspectiva, Weber é o “Marx da burguesia”, e sua sociologia apenas reflete a cosmovisão burguesa-capitalista: não passa de ideologia. Essa tese encontrou sua melhor formulação em Herbert Marcuse, para quem a racionalidade instrumental pensada por Weber é, no final das contas, expressão e apologia da racionalidade capitalista. Nessa perspectiva, Weber é totalmente *excluído* do âmbito do marxismo.

A segunda visão não recusa esse diálogo, mas acaba por absorver as teses de Weber na perspectiva marxista. No fundo, o que esta perspectiva realiza é aquilo que Norberto Bobbio [*Nem com Marx, nem contra Marx*] chamava de “enxerto”, ou seja, ela busca superar as lacunas intrínsecas do marxismo com elementos oriundos de outras correntes teóricas ou de outros pensadores, neste caso, de Weber. Nessa segunda vertente, podemos distinguir ainda duas variantes. De um lado, temos aqueles que, como Jürgen Habermas, retomam elementos específicos da sociologia de Weber — como a tese da perda de sentido e da perda de liberdade — e procuram integrá-los pontualmente no marco da teoria crítica. Por outro lado, existem aqueles para quem esta aproximação poderia levar a uma “síntese” entre ambos os pensadores, razão pela qual não se hesita em utilizar, como faz Michael Löwy, a denominação “marxismo weberiano” (retirada de Merleau-Ponty). Mas não se trata de uma “fusão” entre os dois. É preciso observar que esta síntese não conduz à superação das contradições e a uma terceira posição que vá além [*Aufhebung*] dos termos opostos. Na prática, trata-se quase invariavelmente de um transplante mediante o qual Weber é *incluído* no horizonte do marxismo.

Ainda que Weber não seja simplesmente um apologeta do capitalismo (como quer a perspectiva ortodoxa), também não se pode transformá-lo em crítico romântico do capitalismo em termos convergentes com o marxismo (como faz a perspectiva heterodoxa). Weber não é um teórico da “exploração” (ele adota a teoria da utilidade marginal da Escola Austríaca) e interpretá-lo como prototeórico da “reificação” constitui uma projeção sobre sua obra de um elemento estranho à sua teoria. E, não menos importante, estas abordagens silenciam o fato de que Weber foi um tenaz crítico do socialismo, portador, segundo ele, da morada da servidão do futuro. O *marxismo* “weberiano” é, ao fim e ao cabo, marxismo: o primeiro é substantivo, e o segundo não passa de adjetivo. Não se trata de Weber, mas de Weber lido (seletivamente) a partir de Marx.

Minha leitura evita estas posições extremas da exclusão/inclusão, pois nem uma nem outra realizam, propriamente, um “diálogo”. Colocar Weber e Marx em diálogo e procurar suas interfaces não nos permite, apesar disso, nivelar suas diferenças. O diálogo só é possível respeitando-se as especificidades de cada autor. Para evitar as debilidades analíticas acima delineadas, a melhor alternativa consiste em assentar o confronto sistemático entre os dois autores a partir de Weber, e isso não apenas por razões históricas (Weber é cronologicamente posterior), mas também por razões analíticas. Isso nos permite considerar não apenas a superioridade da perspectiva weberiana em relação à marxiana/marxista, mas também destacar sua permanente atualidade.

Com efeito, a relação de Weber com Marx nunca foi de negação, e seria redutor conceber sua obra como uma tentativa de refutá-lo. Trata-se de um dos grandes interlocutores de sua vasta pesquisa, mas Marx não é o único (basta pensar em Nietzsche, por exemplo) e ele não ocupa o posto de referência exclusivo ou mesmo determinante a partir do qual Weber desenvolve sua obra. Mas também não se trata do simples transplante de teses e conceitos marxianos/marxistas ao seu arcabouço teórico. Weber soube dialogar com Marx retomando, quando necessário, os problemas por ele colocados, repensando-os e desenvolvendo-os no marco de seu próprio programa teórico: a sociologia compreensivo-explicativa. E isso tanto no campo teórico-analítico, quanto empírico-substantivo ou ideológico-normativo.

Na *perspectiva epistemológica*, Marx e Weber partem de premissas totalmente diferentes, pois enquanto o primeiro adota uma teoria do conhecimento emanatista (“o real é racional, e o racional é real”), Weber segue o programa neokantiano do hiato entre conhecimento e realidade. Em termos contemporâneos, Marx está mais próximo do realismo, enquanto Weber desposa uma forma moderada de construtivismo. Nesse ponto, por sinal, sigo Gert Albert na sua tentativa de reler Weber na perspectiva de um realismo mais enfático que recupera a noção de verdade como correspondência. Isso nos permite ir além do conhecimento concebido como representação arbitrária [“saber é poder”], hoje levada aos extremos com o socioconstrutivismo ou pós-modernismo hegemônico nas ciências sociais.

Partindo de uma visão multicausal, é claro que Weber jamais adotaria o esquema base/superestrutura como *esquema metodológico*. Além de levar em conta as múltiplas correlações possíveis entre ideias e interesses, sem ceder a qualquer unilateralismo, Weber foi além do determinismo econômico (e o fato de que o trabalho/econômico seja uma determinação em “última instância” atenua, mas não retira a parcialidade desse ponto de vista). Ele desenvolveu o que em Marx, na prática, está ausente: um método sociológico no sentido pleno da palavra. Em *Economia e Sociedade*, ele apresenta seus conceitos sociológicos fundamentais e, partindo da *ação social*, passando pelas *relações sociais*, desemboca no conceito de *ordem social*. Longe de qualquer individualismo metodológico, seu esquema começa analiticamente no micro e vai até o nível macro, mas o ponto de vista inverso está analiticamente presente, pois as ordens sociais exercem seus efeitos causais sobre as ações sociais. Nessa medida, Weber é, de fato, o único clássico que antecipou a tentativa de síntese macro/micro hoje existente na sociologia (o novo movimento teórico, na expressão de Jeffrey Alexander). Essa é mais uma razão da atualidade da sua obra¹⁵.

Apesar destas diferenças filosófico-metodológicas, Weber enfrentou os mesmos *temas substantivos* pensados por Marx, pois se tratam de pensadores situados no horizonte da chamada primeira modernidade, fazendo aqui referência ao conceito cunhado por Ulrich Beck. Existem muitos pontos de contato entre os seus *diagnósticos*, mas mesmo suas eventuais convergências não significam, em princípio, identidade. Marx pensa o capitalismo de modo teleológico e como etapa do desenvolvimento europeu. Weber supera essa perspectiva eurocêntrica e realiza uma análise comparativa, tendo em vista que, para ele, o capitalismo sempre existiu na história e em outras civilizações, ainda que ele tenha priorizado o entendimento do

¹⁵ Quanto a este ponto, veja-se SCHLUCHTER, Wolfgang. A dualidade entre ação e estrutura: esboços de um programa de pesquisa weberiano. In: *Política & sociedade*, 15, 2016, 34, p. 18-42.

capitalismo *moderno*. Ambos também concordam quanto ao fato de que o capitalismo é um fenômeno global, mas enquanto Marx tende a uma visão difusionista, Weber leva em consideração as diferenças culturais que o capitalismo encontra em sua expansão: a dialética entre racionalidade formal (capitalismo) e racionalidade material (cultura) era fundamental para entender este processo.

Da mesma forma que Marx, também Weber pode ser considerado um teórico do conflito social, mas sua teoria da **estratificação social** vai além de Marx em três aspectos. Primeiro porque ele reconhece as diferenças entre os fatores (i) econômico-sociais, (ii) simbólicos e (iii) políticos na modulação das hierarquias e segmentos sociais: nasce daí a célebre tripartição entre *classe, estamento e partido*. O segundo ponto é que, mesmo em relação às classes sociais, Weber distingue entre a influência dos fatores econômicos e dos fatores sociais: “classes econômicas” [Proprietárias e Aquisitivas] não são a mesma coisa que “classes sociais”. Por fim, Weber mostrou que a transição de “classe em si” [*an sich*] para a condição de “classe para si” [*für sich*] é muito mais complexa do que fora postulado pelo pai do materialismo histórico¹⁶.

Tentar aproximar estas diferenças a partir da grade “*Casta, Estamento e Classe Social*”, como faz Sedi Hirano, constitui uma operação teórica equivocada, pois nem Weber e nem Marx consideravam as formações europeias do mundo antigo (Roma, Grécia etc.) como sociedades de castas. Para Weber, “Casta” é um tipo de estamento fechado e, como fenômeno histórico, restringe-se ao caso da Índia. Para Marx, por sua vez, “a história de toda a sociedade é a história da luta de classes”: não há, propriamente falando, nem castas e nem estamentos em sua teoria. Além disso, Weber não considerava o estamento um fenômeno exclusivamente histórico (medieval), dado que ele persiste no mundo moderno como um fator independente da configuração de “*grupos de status*” — ainda que eu esteja lançando mão, aqui, de uma tradução ambígua do termos *Estamento/Stand*.

Na minha visão, também Pierre Bourdieu [*A distinção*] acaba se distanciando de Weber quando transmuta o fator econômico (classe) e o fator simbólico (estamento) em “capital econômico” e “capital cultural”. Assim, em vez de estamentos como segmentos diferenciados das classes, voltamos a ter apenas classes, reconduzindo-nos para uma visão monista do fenômeno. Weber tem uma abordagem da estratificação social original e complexa, cujos rastros podemos encontrar em John Goldthorpe e Mario Rainer Lepsius, mas que não foi ainda plenamente explorada e desenvolvida em sua originalidade e potencialidades analíticas¹⁷.

Weber, citando Trotsky, concordou com o marxismo quanto ao fato de que todo **Estado** se funda na força. Contudo, ao contrário de Marx, não definiu o Estado pelos seus fins (a dominação de classe), mas, seguindo Georg Jellineck, pelos seus meios: a coação física [*Política como profissão*]. Aliás, é impressionante verificar como ele aplicou a tese marxiana da concentração dos *meios de produção* para desenvolver sua tese da concentração dos *meios de gestão*, a fim de

¹⁶ A bem da verdade, Weber apresentou duas versões de sua teoria da estratificação social. Na parte mais recente de Economia e Sociedade, seu esquema tripartite é reduzido a dois elementos: classe e estamento. Por outro lado, ele diferencia claramente entre classe no sentido econômico e classe na sua acepção social.

¹⁷ Comento esta questão em SELL, Carlos Eduardo. Max Weber and the debate on social classes in Brazil. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 351-382, aug. 2016.

entender o processo de nascimento do Estado como detentor do “monopólio” do uso legítimo da força física. E, ao contrário de Marx, que foi um teórico do desaparecimento final do Estado, Weber foi um pensador preocupado com a burocratização, quer dizer, com a expansão ilimitada da lógica burocrático-estatal sobre o campo da política. Ambos também deram enorme importância aos fatores simbólicos no domínio político, mas Weber não concebe a “legitimidade” como “ideologia”, e, sim, como imperativo que diz respeito tanto aos governados quanto aos governantes. As disputas políticas, em Weber, não ocorrem primordialmente entre classes econômicas, mas entre os governantes e o quadro administrativo, e é o resultado dessa luta que determina a configuração estrutural de uma determinada forma de dominação.

Por fim, em nível **ideológico-normativo**, Marx costuma ser apresentado, em contraposição a Durkheim, como um teórico do “conflito”. Ocorre que a dualidade harmonia/conflito é redutora, e Durkheim, diga-se de passagem, é um teórico da “divisão” social do trabalho, acima de tudo, e não da “coesão” social, como ele costuma ser apresentado. Durkheim sabia muito bem que a época da coesão (solidariedade mecânica) tinha sido suplantada e que no presente os mecanismos de integração social eram outros (solidariedade orgânica). Por outro lado, Marx não ignora os mecanismos de estabilização social, pois também ele sabe que a guerra de todos contra todos, mesmo concebida como luta de classes, requer a dominação, quer dizer, a ordem: ainda que esteja sempre latente, nem tudo é conflito. Não obstante, em nível normativo, Karl Marx é tributário da filosofia hegeliana em sua busca pela reconciliação [*Versöhnung*] universal entre os polos positivo da totalidade do mudo grego e negativo da individualidade da sociedade civil moderna. Marx acaba projetando esses ideais no futuro da sociedade sem classes. Essa visão de fundo cristão, ainda que expressa em termos secular- imanentes (como mostrou Karl Löwith), contrasta totalmente com a visão trágica de Weber, que, neste ponto, entendia que o mundo moderno se assemelha à Grécia antiga e pode ser caracterizado pela eterna luta entre os deuses [*Ciência como profissão*]. Que o digam as guerras culturais do nosso tempo. O maior teórico do conflito, pelo menos na sociologia clássica, foi, é e sempre será Max Weber, e é a consciência deste fato que o torna, entre tantos outros motivos, tão atual.

6) *Em um de seus artigos recentes*¹⁸, o Sr. parece partilhar indiretamente de certas premissas de Lukács,¹⁹ conforme as quais Max Weber teria visto e julgado com clareza o utopismo irracionalista da política externa alemã e, mais tarde, da Primeira Guerra; Weber vislumbrou ainda a orientação alemã rumo a um regime centrado na persona de Guilherme II como decorrente da impotência parlamentar em tornar possível o surgimento de uma liderança política habilidosa, ao invés de uma classe burocrática politicamente inepta, embora tecnicamente produtora. No entanto, o Sr. divergiria de Lukács ao concluir, em seguida, pela colocação de Weber no dito “centro democrático-progressista”, porque ele professaria inveteradamente um liberalismo social e político-institucional. Lukács, que comungava do círculo íntimo weberiano, revelou certa vez que Weber costumava segredar que a infelicidade nacional alemã era a de nunca haver decapitado alguém da Casa de Hohenzollern. Weber não se pronunciava assim, Lukács ressalta, por ser um democrata radical, mas, antes, um imperialista liberal — “Er war ein kluger, liberaler Imperialist”. Nada obstante à acuidade e rea-

¹⁸ SELL, C. “Em busca do centro democrático-progressista: o liberalismo agonístico de Max Weber”, in *Estudos Avançados*, 34 (100), 2020, pp. 321-338.

¹⁹ LUKÁCS, G. *Von Nietzsche bis Hitler: oder der Irrationalismus in der deutschen Politik*. Frankfurt am Main: Fischer, 1966, p. 15-17.

lismo das observações e conclusões de Weber a respeito da Alemanha guilhermina, ele teria sido incapaz de levar sua análise às últimas consequências, segundo o filósofo húngaro. No entanto, o possível erro de Lukács, a nosso sentir, consiste em entrever e encerrar a figura de Max Weber até antes da abdicação da monarquia, sem levar em consideração suas empreitadas políticas levadas a cabo depois de novembro de 1918. Em todo caso, sem desconsiderar, por outro lado, suas posturas anteriormente assumidas, não seria talvez mais acertado encará-lo em seus últimos anos, quando muito, como um típico Vernunftrepublikaner (isto é, um adepto de ocasião do regime republicano), diferentemente de um liberal em busca do aludido centro democrático-progressista — para não falar do “cesarismo bonapartista”, que não é senão a concepção de democracia do último Weber, de novo conforme Lukács?²⁰

Carlos Eduardo Sell: A obra decisiva para entender a recepção do pensamento político de Weber na Alemanha e em boa parte do mundo foi escrita por Wolfgang Mommsen, em 1959. Em seu *Max Weber e a política alemã*, o então jovem de vinte e nove anos, bisneto do célebre historiador Theodor Mommsen, considerou Weber um autêntico representante do nacionalismo e do imperialismo alemães do Segundo Império. A opção de Weber pela democracia plebiscitária do líder seria um reflexo de sua *Realpolitik* e, conforme o juízo final de Mommsen, ajudaram, via Carl Schmitt — seu discípulo mais consequente — a preparar o clima espiritual do que viria depois. Essa também foi a visão desposada, entre outros, por Jean Paul Mayer e por Raymond Aron, além de Georg Lukács no livro acima citado que, por sinal, não é de sua melhor fase e está longe do brilhante escrito que foi o ponto de partida do marxismo ocidental (*História e consciência de classe*, de 1932). Em comum entre eles está a tese de que Weber seria um representante do decisionismo na política, para utilizar aqui uma expressão de Habermas.

Já o escrito de Mommsen representou uma ruptura de época, pois até então Weber tinha sido apresentado pela sua esposa Marianne Weber e por Hugo Preuss (Ministro do Interior) como uma espécie de herói ancestral da nascente República de Weimar.

Essa leitura unilateralmente hipercrítica — típica do período em que Alemanha tentava lidar com suas culpas passadas e presentes — obscureceu os fundamentos liberais da cosmovisão de Weber. Somente a literatura anglo-saxônica teve maior espaço para propor interpretações que questionaram essa visão. Dessa feita, os trabalhos de David Beetham (*Max Weber and the Theory of Modern Politics*), Richard Bellamy (*Liberalismo e sociedade moderna*) e mesmo Anthony Giddens (*Política, sociologia e teoria social*) demonstraram que o liberalismo de Weber é de caráter sociológico e não doutrinal, o que significa que ele examina quais são as condições efetivas de efetivação do ideal da liberdade diante das condições reais nas quais ele julgava se encontrar: não se trata de um realismo *tout court*, mas da atenção aos limites e possibilidades daquele momento histórico. Na precisa fórmula de Maurício Tragtenberg (*Burocracia e ideologia*), o liberalismo possível, mas de forma nenhuma um semiliberalismo, como pensava José Guilherme Merquior²¹ (*O liberalismo: antigo e moderno*). Para Weber, os ideais liberais precisam levar em consideração a realidade nacional e seus interesses externos, mas isso não quer dizer que a

²⁰ LUKÁCS, G. *Die Zerstörung der Vernunft* (Werke, Band 9). Neuwied; Darmstadt: Luchterhand, 1974, p. 528-529. Querendo-se aí o sentido de “democracia plebiscitária”, cf. SELL, C. E. “Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária”, in *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 139-166.

²¹ No artigo de 2020, dei a entender que meu colega Sérgio da Mata esposava a leitura de Wolfgang Mommsen, equívoco que aproveito para corrigir. Sua posição a este respeito é muito mais matizada, como pude constatar depois.

razão de Estado é o norte que orientava sua visão da política.

Em função dos trabalhos acima, mas especialmente das críticas diretas que recebeu de Eduard Baumgarten, Karl Jaspers, Karl Löwenstein ou mesmo Reinhard Bendix, o próprio Wolfgang Mommsen revisou sua interpretação e passou a referir-se a Weber, de forma mais matizada, não apenas como um “liberal em situação limite”, mas também como portador de um “pensamento político antinômico”, ou seja, na qual liberalismo e nacionalismo rivalizam e não se ajustam adequadamente. Certamente, para entender a posição final de Mommsen — bem distante de sua tese original —, deveríamos examinar com mais cuidado as minuciosas introduções que ele escreveu para diversos volumes da MWG, mas esta é uma empreitada que ainda está por se realizar.

Evidentemente, esse debate está longe de estar no seu fim, e além das controvérsias clássicas entre Johannes Winckelmann e Wolfgang Mommsen sobre a dimensão normativa da sociologia da dominação (eles tinham visões opostas sobre como relacionar os *quatro* tipos de ação com os *três* tipos de dominação), podemos listar ainda, só no cenário alemão, pesquisadores de peso como Wilhelm Hennis, Stefan Breuer e, mais recentemente, Wolfgang Schluchter, Edith Hanke, Gangolf Hübinger e Andreas Anter, lista que já nos fornece um vislumbre da complexidade do problema posto em tela.

Para enfrentá-lo corretamente, penso que é fundamental levar em consideração a dimensão da historicidade e perceber como Weber transforma, ao longo do tempo, sua visão política. A organização das obras completas de Weber, por sinal, que sequencia cronologicamente seus textos políticos, ajuda muito nessa direção²². Ao longo do processo de amadurecimento político de Weber, a balança entre o nacional e o liberal foi pendendo sempre mais na direção do segundo termo, como mostrou de maneira indubitável o estudo histórico-conceitual feito por Kary Palonen, e isso com os melhores recursos da atual história do pensamento político de orientação linguística que nos vem de Quentin Skinner²³. Consequentemente, deduzir toda a visão política de Weber a partir de sua aula inaugural de 1895 (*O Estado Nacional e política alemã*) ou de seus primeiros trabalhos intelectuais constitui um erro analítico fatal, pois é na fase final de sua vida — logo após o fim da Primeira Guerra Mundial — que Weber realmente fixa seus parâmetros ideológicos. É evidente que a posição pró-guerra de Weber (os assim chamados “ideais de 1914”) deve ser examinada, mas ela não encerra e nem resume sua visão política. É a partir do marco temporal *pós*-Primeira Guerra que temos a chave analítica adequada para caracterizar o posicionamento político-normativo de Weber.

Sabemos que Weber participou apaixonada e ativamente do debate sobre o futuro da República de Weimar e esteve diretamente envolvido em três iniciativas. Ele foi, a convite de Hugo Preuss, um dos consultores jurídicos na preparação do anteprojeto da Constituição de Weimar. Também ajudou a fundar e chegou a candidatar-se pelo DDP (*Deutsche Demokratische Partei*) de Friedrich Naumann; e, por fim, foi perito científico da delegação alemã que partici-

²² (MWG I/04 – A questão do trabalho agrícola, Estado Nacional e Política econômica); (MWG I/08 – Economia, Estado e política social, entre 1900 e 1912); (MWG I/10¹ – A revolução Russa, entre 1905 e 1912). MWG I/15 – A política durante a guerra mundial); (MWG I/16 – O reordenamento da Alemanha); (MWG I/17 – Política como profissão).

²³ PALONEN, K. Max Weber's Reconceptualization of Freedom. *Political Theory*, v. 27, p.523-544, 1999.

pou da negociação do Tratado de Versalhes, em Paris, cidade na qual esteve entre 16 de março e 13 de maio de 1919. Da análise de suas iniciativas, bem como de seus escritos, pode-se ver com relativa clareza qual a arquitetura institucional que ele imaginava para a Alemanha naquele momento histórico.

No âmbito interno, apesar de suas convicções monarquistas, ele aceitou a República como fato dado e, por esse motivo, concentrou-se no desenho do sistema de governo (especialmente em *A forma futura do Estado na Alemanha*, de 1918). Mesmo sua proposta de democracia plebiscitária do líder não deve ser tomada isoladamente, mas posta no contexto de um sistema de pesos e contrapesos que, além do equilíbrio entre capitalismo e Estado, visava manter em tensão produtiva burocracia, parlamento, lideranças, partidos, sindicatos e assim por diante. O carisma plebiscitário é apenas um elemento de um conjunto maior, e seu objetivo, entre outros, consistia em contrabalançar as tendências centrífugas do federalismo pela via do unitarismo (através de eleições presidenciais diretas). Não se pode dizer com muita certeza em que medida suas ideais foram adotadas na Constituição de Weimar, mas creio que é inexato transformar Weber em seu arquiteto principal: ele ajudou apenas na redação do primeiro anteprojeto e concentrou sua assessoria em apenas alguns pontos. A Constituição alemã de 1919 não é um reflexo direto de suas teses, e ele não pode ser considerado seu grande mentor.

Em conjunto, suas propostas refletem um liberalismo *agonístico* que lida com o fato inevitável da “luta entre os deuses”, mas além deste aspecto político existe ainda um elemento econômico-social. Desde o seu envolvimento com os socialistas de cátedra (ala esquerda da *Verein für Sozialpolitik*), ainda na juventude, ele procurou enfrentar a questão social/operária para além das alternativas do manchesterismo (livre-mercado), paternalismo social (Bismarck) ou socialismo estatal. Esta é a razão pela qual ele ingressou no DDP, com um perfil de centro-esquerda [*liberalismo social*]. Decorre daí meu uso da expressão “centro-progressista” para qualificar sua posição naquela época, fórmula que, adicionalmente, também situa Weber no debate político-ideológico brasileiro da atualidade, o que também considero fundamental.

No âmbito externo/internacional, por sua vez, ele entendeu que se a Alemanha não poderia assumir, em nome dos seus próprios interesses, as culpas da guerra de modo unilateral (como queria Kurt Eisner). Seus planos visavam ao entendimento e excluía anexações: Elsass-Lothringen deveria ser devolvida à França; a neutralidade e integridade da Bélgica restabelecida; e, no leste europeu, uma Polônia livre deveria servir de contra-peso à influência geopolítica russa. Também a Áustria deveria ser separada da Alemanha. Todos os erros decorrentes de um modelo de Estado de múltiplas-nacionalidades em conflito (Império Áustro-Hungaro), enfim, deveriam ser evitados. Não há nenhuma sombra de imperialismo aí.

Tudo somado, poderíamos entender a correlação liberal/nacional em Weber lançando mão de sua célebre distinção entre ética da convicção e ética da responsabilidade. Longe de excluí-los, Weber entendia que o político qualificado deveria combiná-las, pois ele precisa manter seus princípios com a consciência atenta para seus efeitos paradoxais; também poderíamos dizer, ele precisa combinar ação racional de valores e ação racional de fins. No plano das convicções, não tenho dúvida de que Weber situa-se no campo do **liberalismo político-social**, mas, no plano da realidade, tais princípios precisavam levar em conta os interesses naci-

onais no quadro de um sistema interestatal conflitivo e, naquele momento, adverso. Em Weber, o elemento nacional (interesses) está subordinado ao liberal (valores). Que não reste dúvida: Weber era um liberal, não um nacional-imperialista.

7) *Alguns marxistas de maior inclinação revolucionária, tais como István Mészáros, tendem a repudiar como “mistificação” ideológica certas concepções weberianas, insinuadas em uma suposta “descrição tendenciosa das relações capitalistas como horizonte insuperável da própria vida social”²⁴. O capitalismo é, de fato, como Weber aduzia, uma sina iniludível na vida moderna?²⁵ Em que medida as emancipações radicais seriam ou não tentativas puramente utópicas, no pensamento sociopolítico weberiano?*

Carlos Eduardo Sell: Qual era, de fato, a compreensão que Weber tinha do capitalismo e em que medida sua abordagem nos ajuda a entender sua dinâmica atual? Esta questão necessita voltar ao centro da *Weberforschung*, ainda mais hoje quando a teoria crítica (especialmente aquela vinculada a Frankfurt) reconhece abertamente seus déficits sociológicos, em particular sua dificuldade em nos oferecer uma teoria contemporânea do capitalismo.

O tema, por sinal, nunca esteve ausente de sua obra, pois à medida em que ele transita da questão da gênese do *ethos* capitalista (*Ética Protestante*) para a questão da racionalização, ele mesmo deixa claro que o desenvolvimento do capitalismo fica englobado neste processo, pois ele é “a mais fatídica potência de nossa vida moderna”, expressão similar encontrada nos seus escritos sobre a Rússia, mas sem o viés determinista que a tradução acima sugere.

Nas últimas páginas de *A Ética Protestante*, Weber afirma que “ninguém sabe o que o futuro nos reserva”. A partir daí ele nos oferece diferentes cenários: i) profetas inteiramente novos; ii) vigoroso renascimento de ideais e ideias antigas; e iii) não há que se excluir sua “petrificação mecanizada”, pelo menos até que queime o último combustível fóssil, o que indica que Weber já havia captado — em sentido que hoje chamaríamos ecológico/ambiental — um possível esgotamento das nossas fontes de energia. Note-se bem: passado, presente e futuro. Longe de determinista, portanto, temos que entender, de uma vez por todas, que Weber é um teórico da contingência e não um pensador da necessidade, que desemboca no fatalismo teleológico (Resignação).

No processo de aprofundamento de sua reflexão sobre o capitalismo, Weber também deslocou seu interesse inicial pelo “espírito” do capitalismo para sua “forma”, como se pode reconhecer no segundo capítulo *Economia e Sociedade*, que trata da vida econômica em sentido amplo. Ao mesmo tempo, entendeu que o capitalismo é um fenômeno trans-histórico (“o capitalismo sempre existiu na história”), motivo pelo qual passou a enfatizar que seus estudos versavam predominantemente sobre o capitalismo *moderno*. Emerge daí uma visão ampla e complexa deste sistema econômico, bem como uma tipologia que mostra a diversidade de suas formas históricas e sociais: i) o capitalismo racional, ii) o capitalismo político e iii) o capitalismo comercial tradicional, etc. Um tesouro analítico à espera de ser melhor explorado.

²⁴ Cf. MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 415-418.

²⁵ Em suas palavras: “*dieser ‘Unvermeidlichkeit’ unserer wirtschaftlichen Entwicklung*”. Cf. WEBER, M. „Zur Lage der bürgerlichen Demokratie in Rußland“, in WEBER, M. **Zur Russischen Revolution von 1905:** Schriften und Reden 1905-1912. Tübingen: J.C.B Mohr (Paul Siebeck), 1996. p. 71-280.

FORMA e ESPÍRITO, portanto, são as duas chaves analíticas para retomar, desenvolver e ampliar a sociologia weberiana do capitalismo. No entanto, a literatura contemporânea explorou com mais ênfase a categoria “espírito”. Exemplar neste sentido é o livro de Luc Boltansky e Eve Chiapello [*O novo espírito do capitalismo*] e, ainda que o façam a partir da modificação da categoria weberiana (entendida como ideologia), sua descrição do espírito empresarial atual é notável e aponta para uma importante agenda de pesquisa. Em direção mais fiel a Weber está o trabalho de Markus Pohlmann, que, em seus estudos sobre o capitalismo global, vem chamado a atenção para o novo *ethos* que este sistema requer hoje.

Mas não basta ficar apenas no “espírito”, desconsiderando o capitalismo na sua versão estrutural (“forma”), amputando assim a globalidade do olhar sociológico weberiano. Em sua versão institucional, a literatura sobre as variedades do capitalismo (de Peter A. Hall e David Soskice) e sua distinção entre uma “economia liberal de mercado” e uma “economia de mercado coordenada” me parece ser, hoje, a mais próxima do esforço weberiano por diferenciar tipologicamente as modalidades concretas hoje assumidas pelo capitalismo.

Não obstante, essa abordagem estrutural-sincrônica (comparativa) não deve descurar da perspectiva processual-diacrônica, levando-nos a pensar, assim, as transformações que nos encaminham para a forma do capitalismo atual, tal como vemos em Giovanni Arrighi [*O longo século XX*] e Immanuel Wallerstein, apenas para citar alguns exemplos. Essa dimensão tem sido, a meu ver, pouco explorada. O que Weber (autor de estudos sobre *A Bolsa*) tem a nos dizer sobre o capitalismo informacional, globalizado e financeiro dos tempos atuais? Nesse ponto, os trabalhos de orientação weberiana são bastante incipientes.

Por outro lado, a falência do socialismo e a crise do marxismo confirmaram as críticas que Weber já tinha feito em sua época. Sob a chave política, Weber entendeu que se o marxismo tinha seu lado científico, também não deixava de ser uma profecia (vide a conferência sobre *O socialismo*). A força e persistência da utopia socialista — como ainda vemos em Mészáros — vêm do fato de que ela se alimenta de uma ética dos princípios que a protege de seu confronto com a realidade: o “partidário da ética da convicção não pode suportar a irracionalidade do mundo”, como ele observou diretamente acompanhando a revolução de novembro de 1918 em Munique [*Ciência como profissão*].

Além do aspecto político, Weber — em confronto com as ideias de Otto Neurath — também refletiu profundamente sobre as implicações da socialização dos meios de produção e entendeu que a superioridade técnica dos mecanismos de mercado resulta do fato de que este prioriza a racionalidade formal sobre a racionalidade material. Conservar a fusão entre a burocracia estatal e econômica seria fundamental para evitar a gaiola dos tempos futuros, expressão que, se não capta o que foi a experiência totalitária soviética (penso aqui em Hannah Arendt), não deixa de antecipar suas consequências autoritárias.

Isso não quer dizer que o capitalismo conduz, necessariamente, à liberdade, e nem mesmo que a política é impotente diante da economia. Para isso, temos que procurar espíritos capazes de “colocar as mãos na roda da história e perfurar grossas vigas de madeira” [*Política como*

profissão]. Também Weber é um teórico que sabe do eterno fluir do tempo, mas para ele o futuro não está determinado e não pode ser encarado como destino inelutável. Para voltar ao início: ninguém sabe o que o futuro nos reserva!

8) *Seu premiado livro Max Weber e a Racionalização da Vida, de 2013, calcado na sociologia weberiana das religiões, é um esforço instigante de compreensão dos processos históricos de racionalização da cultura ocidental moderna. No entanto, em que medida esse trabalho atrairia as críticas sofridas ultimamente por Wolfgang Schluchter (pensamos aqui, por exemplo, nos escritos de Sandro Segre ou ainda, de modo mais geral, de Guenther Roth), por cujas interpretações o livro se orienta preponderantemente, em sua ênfase remarcada na racionalidade e nos processos de racionalização?*

Carlos Eduardo Sell: A tese de que a problemática histórico-sociológica da racionalização e do desencantamento é a chave do conjunto da obra de Weber é hoje paradigmática (no sentido de Kuhn) no que diz respeito à pesquisa sobre este pensador. Aliás, não se pode considerar a categoria racionalização vaga e reduzir o seu significado ao desencantamento, como, apesar do valor de seu trabalho, Pierucci nos faz crer. Consequentemente, especificar seus diferentes significados analíticos (racionalidade de fins/valores, material/formal e teórica/prática), bem como reconstruir suas diferentes linhas de desenvolvimento histórico-cultural (racionalismo da acomodação ao mundo, racionalismo da fuga do mundo e da dominação do mundo) constituiu o esforço que realizei no livro de 2013 [*Max Weber e racionalização da vida*], que abrange toda a sociologia da religião de Max Weber.

Existem, contudo, algumas leituras que divergem sobre a centralidade e, principalmente, debatem o significado ou alcance da tese da racionalização na obra de Weber.

A primeira divergência responde pela obra de Wilhelm Hennis, o mais enfático defensor de que a obra de Weber é de fundo nietzscheano e, mais do que uma sociologia, constitui na verdade uma antropologia filosófica. Hennis também propõe entender a teoria política de Weber na linha do pensamento clássico. Não obstante o diálogo de Weber com Nietzsche, não se pode comprovar um vínculo genético ou sistemático do segundo para com o primeiro. Apesar das semelhanças — ou dos falsos cognatos, melhor dizendo, tal como a correlação desencantamento/morte de Deus, por exemplo —, ambos formulam os problemas de modo distinto e, principalmente, encaminham soluções teóricas diferentes. Isso explica porque o melhor da análise comparada Weber/Nietzsche termina quase invariavelmente no paralelismo.

A segunda é representada por Richard Swedberg, que entende a sociologia “geral” de Weber como apenas um preâmbulo de sua sociologia “econômica”. Atualmente, somente o escrito de Zenona Norkus (*Max Weber e a escolha racional*) — pouco conhecido no Brasil — realizou um trabalho tão minucioso quanto Swedberg sobre essa dimensão de sua obra. Nesse ponto, Wolfgang Schluchter — cujo eixo interpretativo é a sociologia da religião de Weber — se encontra, realmente, aquém.

No entanto, não se deve trocar a parte pelo todo. Em sua última fase de vida, Weber dedicou-se a dois grandes projetos intelectuais: a redação de *Economia e Sociedade* (seu tratado sociológico que, ao que parece, deveria chamar-se *Soziologie*) e dos *Ensaios Reunidos de Sociologia da*

Religião. O ponto de ligação entre ambos é o problema da racionalização.

O problema consiste, contudo, no modo como entendemos esse tema. Guenther Roth (que faleceu este ano), por exemplo, acaba por submeter a dimensão sociológica à dimensão histórica da obra de Weber. Na esteira de seu mestre Reinhard Bendix —, para quem Weber praticava uma *sociologia* histórica —, ele entende que se trata de uma *história* social. Não adoto esse ponto de vista e, quanto a essa questão, acompanho a pesquisa de Stephen Kalberg que, discordando dela, coloca em evidência a metodologia *sociológico-comparativa* de Weber.

Embora Schluchter esteja correto ao devolver o status sociológico à questão da racionalização, entendo que Sandro Segre não se equivoca de todo quando aponta certa dívida de interpretação evolucionária de Schluchter — a chamada *Entwicklungsgeschichte* — para com Talcott Parsons. Como, nos últimos tempos, Schluchter deslocou-se para o tema do método de Weber — concebido como teórico que antecipa a síntese micro/macro, hoje tão desejada pela sociologia —, o assunto não foi mais retomado.

De todo modo, esse debate já se encontra relativamente datado. Mais produtivo seria repensar a questão à luz do debate contemporâneo sobre o pós-colonialismo e a crítica ao eurocentrismo. Weber foi o único dos clássicos da sociologia que praticou uma análise comparativa que realmente leva em consideração a realidade extra-“ocidental” para a compreensão da era atual. Se existe nele certa dose de eurocentrismo, ele é analítico (centrado na problemática moderno-ocidental), mas de modo nenhum normativo. Nestes termos, ele não tem paralelos na fase inicial da sociologia.

Até o presente momento, os pesquisadores de Heidelberg buscaram ativar o potencial cosmopolita dessa leitura à luz da teoria das modernidades múltiplas de Shmuel Eisenstadt e em diálogo crítico com a tese da sociedade mundial de Niklas Luhmann. No entanto, um diálogo crítico-positivo com as abordagens pós-coloniais ainda está por ser feito. Ao mesmo tempo, entendo que se faz necessário deslocar a ênfase das multiplicidade para a unicidade da racionalidade formal que impera no campo global. A ênfase demasiada sobre a cultura também deveria ceder lugar a uma atenção mais enfática sobre o aspecto econômico, em particular o capitalismo. Por fim, Weber não deve ser visto como pensador da necessidade, mas da contingência — herança que ainda preservo de meu mestre de formação, Franz Josef Brüseke.

9) *Como especialista na obra de Max Weber, o Sr. não acha que a nossa crítica tem superestimado, ao longo dos anos, a presença weberiana de que Sérgio Buarque de Holanda teria se servido pioneiramente em Raízes do Brasil?*

Carlos Eduardo Sell: A investigação sobre a recepção de Max Weber no Brasil deu passos importantes nos últimos anos (penso especialmente em Sérgio Mata, Gláucia Villas Bôas e Rubens Goyatá Campante, entre outros²⁶), mas ainda permanece bastante incompleta e frag-

²⁶ MATA, S. R. da. Weberianismo tropical: caminhos e fronteiras da recepção da obra de Max Weber no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 460, p. 77-108, 2013; VILLAS BÔAS, G. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. *BIB – Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 1997, 44:73-80 e CAMPANTE, R. G. Max Weber sob a perspectiva brasileira. *Teoria & Sociedade*, Edição especial: 2005, 102-125.

mentada. Há muita pesquisa a ser feita. Dentre os limites de nossas abordagens, creio que tem havido demasiada concentração nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, deixando em plano secundário autores de peso como Alberto Guerreiro Ramos, Simon Schwartzman, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Antônio Paim, Fernando Uricoechea e tantos outros, nos quais a marca de Weber não é menos importante. Não podemos resumir a influência do pensamento de Weber no Brasil apenas à questão do **patrimonialismo**.

Um segundo eixo fundamental da recepção de Weber no Brasil é sua **sociologia da religião**. Ainda não se investigou com a devida atenção como a perspectiva weberiana foi incorporada para se pensar a formação do espírito do capitalismo e qual foi o papel atribuído à religião (e ao catolicismo) neste processo. De toda forma, a partir dos anos 1990 foi a categoria da secularização (Pierucci), bem como as problemáticas do desencantamento e da racionalização (Jessé Souza, Leopoldo Waizbort, Renarde Freire Nobre²⁷ etc.), sem esquecer de seu estudo sobre *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Renan Springer de Freitas, Pissardo²⁸), que comandaram a discussão sobre Weber no Brasil.

Ao lado desses temas substantivos, as questões epistemológicas — em particular, a noção de **tipo ideal** — sempre foram um dos principais tópicos da discussão brasileira, e desde Florestan Fernandes (*Fundamentos empíricos da explicação sociológica*), passando por Gabriel Cohn (*Crítica e Resignação*) até chegar a Marcos César Seneda (*Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação*) e a Daniel Fanta, (*Max Weber: Roscher e Knies e os problemas lógicos da economia política histórica*), que são alguns dos pesquisadores mais recentes, há uma rica tradição de pesquisa bastante afinada com a agenda internacional. Meu esforço, nos últimos anos, tem sido agregar aos temas epistemológicos uma maior atenção também ao aspecto metodológico propriamente dito, no bojo do aludido *Paradigma Weber*.

Ao mesmo tempo, deveríamos prestar atenção mais detalhada ao que acontece nos diversos subcampos das ciências sociais. Na *ciência política*, por exemplo, desde os anos 1980, a teoria de Weber foi lida sob o rótulo do “elitismo democrático” (como propunha David Held em seus *Modelos de democracia*), e somente agora — com as experiências do lulismo e do bolsonarismo — é que a tese da *democracia plebiscitária* de Weber começou a ser melhor explorada. Dentre as demais ciências humanas, é na *história* em que sinto o maior interesse por Weber (Sérgio da Mata, Ulisses do Valle), sem esquecer de bons trabalhos no campo da educação (Alonso Bezerra), da filosofia (Henrique Florentine Faria Custódio) e da administração pública. Por outro lado, causa-me espanto como Weber praticamente desapareceu do campo do *direito*, área na qual ele já foi muito mais explorado²⁹. Mesmo na sociologia o impacto de Weber é diferenciado a depender do campo em questão: ele está fortemente presente na sociologia da religião, da

²⁷ NOBRE, R. F. Entre passos firmes e tropeços. RBCS, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 161-164, 2004a e NOBRE, R. F. Três teses comparativas entre os pensamentos de Weber e de Nietzsche. RBCS, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 29-43, 2004b.

²⁸ Freitas, Renan Springer de. O erro como meio de produção de conhecimento: Max Weber e a *Entwicklungsgeschichte*. Sociol. Antropol., Jun 2012; Pissardo, Carlos Henrique. O conceito de angústia entre Max Weber e Peter L. Berger. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Set, 2017, vol. 17, no. 3, p. 467-485.

²⁹ Penso aqui especialmente nos trabalhos de Edmundo Lima de Arruda Jr, que organizou, em 1996, o interessante livro “Max Weber: direito e modernidade”. Ver também: Silveira, Daniel Barile da. Max Weber e Hans Kelsen: a sociologia e a dogmática jurídicas. Rev. Sociol. Polit., Nov 2006, no. 27, p.171-179.

política e na nova sociologia econômica, mas nas demais áreas parece ter sido reduzido à sua condição histórica, com pouco rendimento analítico.

De todo modo, em se tratando dos grandes relatos de *interpretação do Brasil*, resta que Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro constituem, atualmente, as duas referências exemplares. Sob o ponto de vista exegetico, a pesquisa sobre Holanda tem avançado mais, e não creio que se possa contestar as profundas diferenças ideológicas entre as duas versões *Raízes do Brasil*, bem como o caráter mais eclético deste autor³⁰. A comparação entre as duas versões de *Os donos do poder* ainda está para ser feita, mas a despeito de sua autoafirmada heterodoxia, Faoro é muito mais consequente na sua filiação às categorias políticas weberianas do que o primeiro.

Isso em nada retira a presença e a centralidade de Max Weber no escrito de Sérgio Buarque. Porém, mais do que a diferença entre a ênfase *societária* de Holanda, em contraposição à ênfase *politológica* de Faoro (tão bem mostrada por Luís Werneck Viana³¹), creio que deveríamos diferenciar mais detalhadamente suas posturas metodológicas. Sob este ângulo, Holanda é mais consequente na utilização da metodologia comparativa de Max Weber, enquanto Faoro realiza uma leitura puramente endógena da história sócio-política brasileira.

Além da diferença entre as abordagens sincrônico-estruturais de Holanda e diacrônico-processuais de Faoro, podemos observar também como cada um deles mobiliza ângulos diferentes da sociologia da ação de Weber. Dessa feita, enquanto em Faoro é o cálculo político dos estamentos (localizados no interior do Estado) que reproduz a lógica patrimonial, em Sérgio Buarque temos a contradição entre uma base microssocial inscrita na lógica da ação afetiva em contradição com instituições moldadas para orientar-se pela lógica impessoal da racionalidade formal. Reduzir estas diferenças a um suposto “culturalismo” está completamente distante do desenho metodológico dessas obras e desconsidera não apenas suas particularidades, mas acima de tudo sua respectiva complexidade.

Tenho a firme convicção de que o conceito de *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda constitui mais do que uma mera “aplicação” de Weber ao Brasil. Trata-se de uma **inovação teórico-conceitual** que merece ser reconhecida como uma das grandes novidades conceituais da teoria social feita no Brasil (como demandam Sérgio Costa e Christian Lynch a partir das exigências pós-coloniais³²). Quem, até hoje, elevou a ação afetiva de Weber à condição de teoria da sociedade, como fez Sérgio Buarque de Holanda? Tal novidade é ainda mais decisiva se pensarmos na importância da atual virada emotiva (sociologia das emoções) na teoria social. Tudo isso faz de Holanda um pensador de orientação weberiana (ainda que não exclusiva) profundamente original.

³⁰ WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sergio Buarque de Hollanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 26, n. 76, p. 39-62, June 2011.

³¹ VIANNA, L.W. 1999. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, Jessé de (org.), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília, UnB, p. 173-194.

³² LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, Dec. 2013; e COSTA, Sérgio. (2010) “Teoria por Adição”. In C.B. Martins, H. H. de Souza Martins (orgs). *Horizontes Sociológicos*. São Paulo: ANPOCS.

Descontando seu hipercriticismo pessimista, e sem nivelar suas diferenças (como faz, sem qualquer rigor, Jessé Souza, com sua “sociologia da inautenticidade”³³), tanto Holanda quanto Faoro não deixam de nos oferecer intuições e pistas para entendermos uma das variantes da modernidade. Se estivermos dispostos a superar seus limites e aproveitar seus impulsos para fins analíticos, penso que eles nos oferecem elementos decisivos para entendermos o patrimonialismo não como um desvio patológico ou mesmo como uma estagnação pré-moderna, mas como uma forma de modernidade centrada no Estado, pensando aqui no que faz Aldo Mascareño em sua sociologia sistêmica da América Latina³⁴. Ademais, não é a condição colonial um empreendimento que, embora movido por fins econômicos, foi comandado pelo Estado? Da mesma forma, não foi nossa transição para o capitalismo induzido pelo Estado nacional-desenvolvimentista? Patrimonialismo é mais do que um conceito com fins ideológicos: trata-se de um instrumento de análise causal-interpretativo. É chegada a hora, portanto, de passar da hermenêutica negativa a uma hermenêutica positiva que faça *jus* ao que a reflexão sociológica brasileira tem a mostrar para o mundo. Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro fazem parte desse legado.

10) *Por fim, em trabalho há pouco publicado, Sérgio da Mata nos colocou uma escrupulosa interrogação: “o que significa, hoje, ser um intelectual weberiano?”*³⁵ *Quais sentidos o Sr. entende que o epíteto “weberiano” deveria hoje assumir?*

Carlos Eduardo Sell: Na bela formulação que encontramos em *A objetividade do conhecimento sociopolítico e científico-social* (de 1904), Weber dirá que “o fluxo constantemente progressivo continuamente suscita novos problemas”, motivo que explica “o caráter transitório de todas as construções típico-ideais”. A sentença mostra que ele tinha consciência da relatividade do empreendimento das ciências sociais e das flutuações a que elas estão sujeitas em função de sua radical historicidade. Isso me leva a concluir que a primeira virtude intelectual do intelectual que pensa segundo o espírito weberiano é seu **antidogmatismo**.

Aliás, é o próprio Weber que nos fornece o caminho para evitar a reificação de nossos conceitos, pois ele nunca nos apresenta seus **tipos ideais** como cópias da realidade, mas como instrumentos de aproximação ao real. Weber afirma que eles não devem ser concebidos como hipóteses, “mas pretendem abrir caminhos para a formação de hipóteses”. Pensados dessa forma, seus tipos ideais, paradoxalmente, possuem uma excepcional capacidade de persistência, pois mesmo que a realidade esteja distante do conceito, este último continua a ser um meio de intelecção do mundo. Isso explica, em parte, porque tipos ideais como espírito e forma do capitalismo, carisma, dominação, classes e estamentos, ação social, relação social, ordem social, ética da convicção/responsabilidade, esferas de valor, racionalização, desencantamento, secularização e tantos outros conceitos de Weber tornaram-se parte constitutiva do léxico das ciências sociais. Em se tratando de *non-statements views*, como mostrou Gert Albert (a partir de Roland Giere³⁶), eles não são descartados pela sua refutação empírica, pois continuam a operar

³³ SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

³⁴ Teoría de sistemas de América Latina. Conceptos fundamentales para la descripción de un orden social concéntrico. *Persona y Sociedad*. 17(2): 9-26.

³⁵ Cf. Mata, S. “Meta-weberianismo”, in *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 19, n° 45, mai./ago. de 2020, pp. 142-151.

³⁶ ALBERT, Gert. A dimensão causal-explicativa dos tipos ideais: a contribuição metodológica de Max Weber para a

como construções a partir das quais podemos formular hipóteses sobre o real.

Um segundo impulso fundamental da perspectiva metodológica weberiana é sua **multidimensionalidade**. Weber concebe a análise dos processos sociais levando em consideração fatores ideais e fatores materiais (interesses), a dimensão econômica (forma) e a dimensão cultural (espírito), o lado micro-subjetivo (ação social) e o lado macro-objetivo (ordem) da realidade social. Dessa forma, ele vai além do reducionismo idealista (representações/Durkheim) e do reducionismo materialista (produção/Marx), além de superar a antinomia entre subjetivismo/individualismo e objetivismo/holismo na sociologia, tendo em vista que seu esquema sociológico passa do nível micro (ação social) para o nível macro das relações e das ordens sociais, mas sem nunca perder de vista sua correlação mútua.

Esse caráter complexo faz de Weber um autor “plástico”, capaz de se manter em diálogo tanto com a virada linguístico-hermenêutica (tanto a analítica quanto a continental), quanto com a virada ontológico-materialista das ciências sociais contemporâneas. Ele dialoga tanto com as versões idealistas/culturalistas, quanto com as tendências materialistas das ciências sociais; e tem a porta aberta tanto para a dimensão hermenêutica-interpretativa quanto para a dimensão causal-explicativa. No dizer de Mario Rainer Lepsius, Weber é sempre *Anschlussfähig*, ou seja, ele é capaz de se conectar com as mais diversas matrizes teóricas, sem nunca cair na totalização arbitrária ou mesmo ceder a um ecletismo permeado de contradições. Essa abertura para a complexidade e a multidimensionalidade analítica é outro traço permanente de qualquer empreendimento intelectual que se queira genuinamente weberiano.

Em sua reflexão sobre a modernidade, Weber antecipa e fornece impulsos decisivos para a virada cosmopolita que o cenário da globalização impõe hoje para as ciências sociais. De fato, a sociologia não pode ignorar, mas também não pode permanecer encerrada no nível do Estado-nação, como se este fosse sinônimo de sociedade (nacionalismo metodológico). Da mesma forma, ela está confrontada com o desafio de deixar seu horizonte de origem (mundo euro-atlântico) para integrar em seu arcabouço os elementos de unidade e de diversidade do mundo contemporâneo.

Pois em Weber vamos encontrar uma **metodologia sociológica de caráter global-comparativo** sem igual no horizonte da sociologia clássica. Neste ponto, Marx, não podemos negar, ainda é tributário da tese do “despotismo oriental”, com toda carga de orientalismo que ela carrega. Basta ler o que ele diz sobre a dominação britânica na Índia. Somente Weber, através de uma metodologia comparativa, procurou compreender sua própria realidade tomando em consideração suas semelhanças e diferenças com relação ao complexo asiático-indiano (hinduísmo e budismo) e chinês (confucionismo e taoísmo). Longe de conceber o “Oriente” como totalidade homogênea, ele reconheceu as diferenças existentes no mundo asiático, dividido entre uma dimensão místico-transcendente (Índia) e uma dimensão prático-imanente (China), perfazendo um complexo jogo de similaridades e distanciamentos. É no modo como formula e encaminha seus problemas, e não na correção de suas descrições, que reside a exemplaridade desta empreitada. Weber jamais desposou um eurocentrismo *normativo* (superioridade do “Ocidente”), e mesmo seu *eurocentrismo analítico* (o foco da análise era seu

sociologia contemporânea. *Política & Sociedade*, 19 (45), 2020a, p. 56-82.

próprio mundo) não nos impede, em nada, de reconstruir e atualizar sua metodologia.

Atualmente, estes impulsos cosmopolitas da sociologia weberiana vêm sendo desenvolvidos em chave cultural por Shmuel Eisenstadt e sua teoria das modernidades múltiplas³⁷ e, em chave institucional, por Thomas Schwinn³⁸. Enquanto o primeiro parte da sociologia comparada das religiões, o segundo toma como ponto de partida a teoria weberiana das esferas de valor (religião, economia, política, erotismo, arte, ciência, etc.) para dialogar com a tese da sociedade mundial e dos sistemas autopoieticos de Niklas Luhmann. Mas ambos têm em comum o acento no fator diversidade/variação e acabam por deixar em segundo plano os fatores de unidade que comandam o desenho do mundo moderno-global. É na racionalidade formal, das quais as esferas culturais e ordens de vida são portadoras — retornando, assim, ao núcleo da teoria weberiana da modernidade, que é a racionalização —, que poderíamos, penso eu, reativar o potencial analítico desta sociologia de caráter cosmopolita, terceiro traço que julgo ainda vivo e atual no pensamento de Max Weber.

Em termos **político-ideológicos**, Weber não foi um teórico conservador, pois toda sua análise crítica do ordenamento político do Segundo Império alemão (1871-1919) visava à sua modernização social e política. Sua cosmovisão era **democrático-progressista**. Ele era profundamente consciente das forças do atraso e dos déficits de modernização da Alemanha. Ainda que ciente dos riscos das utopias totalizadoras, ele não se furtou a se engajar ativamente na luta pela transformação da realidade e nem de longe esposou qualquer forma de quietismo resignado. No seu entendimento, as grandes forças que moldam a nossa época são o capitalismo (na esfera econômica), o Estado burocrático (na ordem política) e a ciência (na ordem cultural). A modernidade consiste essencialmente na tensão permanente entre a dimensão econômica e política, a racionalidade formal e a racionalidade material. A cultura moderna é também fragmentada, pois a secularização erodiu a unidade metafísica do mundo. Frente a este quadro, podemos afirmar que Weber pode ser lido, no plano político, como defensor de um *liberalismo agonístico*, dado que a liberdade é fruto da luta permanente e requer um ordenamento que equilibre, sem anular, as forças que modelam nossa existência. No plano econômico, ao seu turno, Weber pode ser considerado como defensor de um *liberalismo social* que se mantém distante dos extremos do Estado planejador/regulador ou do livre-mercado. Em fórmula sintética, Weber pertencia ao centro democrático-progressista e, atento aos imperativos da realidade (ética da responsabilidade), movia-se por um ideário não dogmático (ética da convicção) de orientação genuinamente liberal.

Antidogmatismo, multidimensionalidade, cosmopolitismo e o compromisso com a liberdade são marcas indeléveis de qualquer intelectual que pensa não segundo a letra, mas segundo o espírito que emana do pensamento de Max Weber.

³⁷ EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. Sociologia, Problemas e Práticas, Oeiras, n. 35, p. 139-163, abr. 2000.

³⁸ Schwinn, T., & Gonçalves, M. Aspectos e problemas de uma compreensão plural de modernidade. Revista de Teoria da História, Rth, 16(2), 2017, pp. 223-256.